



CONTRATO Nº 081/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº6563/2017
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº005/2017

CONTRATO EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, NA FORMA DE EXECUÇÃO INDIRETA, DECORRENTE DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº005/2017, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GURUPI - TO COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA ALEF ALVES FERNANDES CONSTRUTORA EIRELI-ME, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS PARA CONSTRUÇÃO DO CER II - CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO, GURUPI-TO.

- a) **CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GURUPI, ESTADO DO TOCANTINS, tendo como INTERVENIENTE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ nº11.336.672/0001-99, com sede na Av. Pernambuco, n.1345, centro, Gurupi-TO, CEP: 77.405-070, neste ato representado por seu Gestor e Secretário Municipal, **Sr. Vânio Rodrigues de Sousa**, brasileiro, casado, administrador, portador do CPF 834.827.411-15 RG nº 244.403, residente e domiciliado na Rua Presidente Castelo Branco, nº 1238 - centro CEP 77400-00 Fone: (63) 3315-0081, Gurupi- TO.
- b) **CONTRATADA: ALEF ALVES FERNANDES CONSTRUTORA EIRELI-ME - CONSTRUTORA TAJ MAHAL**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 21.398.725/0001-50, Inscrição Estadual: isenta, com sede na Av. Fernando de Noronha nº 505, Vila Alagoana, Gurupi/TO, CEP: 77.180-103, telefone: (63)3312-4201, por intermédio do seu Proprietário o **Sr. Alef Alves Fernandes**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do documento de identidade CNH Nº 05396920334, RG nº 1090495 SSP/TO, inscrito no CPF nº 053.969.203-34, residente e domiciliado à Av. Fernando de Noronha, QDR M, lote 14, Vila Alagoana, Gurupi/TO, CEP: 77.400-000.

Resolvem celebrar o presente Contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL DO CONTRATO

- 1.1. O presente Contrato decorre do **Ato de Ratificação do procedimento licitatório da Concorrência Pública nº 005/2017-RETIFICADA, por parte do Secretário Municipal de Saúde/Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Gurupi-TO**, nomeado pelo Decreto Municipal nº 0895, de 22 de dezembro de 2016, que, agindo no exercício de suas atribuições legais e institucionais, com fundamento no disposto na Lei nº 8.666/93, conforme **Termo de Homologação do Processo e de Adjudicação do Objeto emitido em 14/05/2018**, tudo constante no **Processo Administrativo nº 6563/2017**, do qual passa a fazer parte integrante este Instrumento.

CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- 2.1. Constitui objeto deste contrato a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS PARA CONSTRUÇÃO DO CER II - CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO, GURUPI-TO**, obedecendo às condições estatuidas no Edital, seus respectivos anexos e sub anexos, e neste Contrato.
- 2.1.1. Deverão ser consideradas para a execução do objeto as especificações e informações técnicas constantes no Edital, Anexos e Sub Anexos, bem como nas informações contidas no **Processo Administrativo nº 6563/2017**.

2.2. Das Obras/Serviços a Serem Executadas

- Administração da Obra;
- Instalação do Canteiro de Obra/ Serviços Preliminares;
- Serviços em Terra (serviço será realizado pela Contratante);
- Infraestrutura;
- Superestrutura;
- Impermeabilização;
- Paredes e Painéis;
- Revestimentos;
- Portas;
- Janelas;
- Cobertura;
- Forro;

Contrato nº081/2018 - Concorrência Pública Nº 005/2017



- Pisos Inteiros;
- Prevenção e Combate a Incêndio;
- Instal. Hidro. Sanitárias e Águas Pluviais;
- Instalações Elétricas/ SPDA;
- Cabeamento Estruturado;
- Pintura;
- Serviços Complementares;
- Demais Estruturas;
- Serviços Finais.

2.3. Das Medidas Ambientais

2.3.1. Para cumprir as exigências dos órgãos ambientais, tendo em vista os possíveis impactos desencadeados durante a execução das obras, deverão ser adotadas medidas que não venham ferir o Meio Ambiente, tais como:

- a) Tomar medidas de segurança contra o derramamento de material poluente e a disposição adequada do lixo de modo a não causar danos ao meio ambiente;
- b) Manter úmidas as superfícies sujeitas à poeira pelo tráfego;
- c) Limpeza total dos canteiros da obra e pátios de máquinas ao término do contrato.

2.4. Do local de Execução do Objeto

2.4.1. Fica estabelecido que os serviços objeto desta licitação devam ser executados no seguinte endereço: **Rodovia BR-242, Lote 04, Loteamento Fazenda Santo Antônio, Gleba 08, 4ª etapa, Gurupi- TO.**

2.4.2. O objeto deverá ser executado no local indicado, cabendo à empresa contratada, o fornecimento de equipamentos, ferramentas, materiais e mão de obra necessária à execução do objeto/obra, e, em conformidade com o respectivo projeto básico, planilha quantitativa/orçamentária e cronograma em anexos.

2.5. A Contratada deverá observar rigorosamente além das normas técnicas em vigor, os projetos e demais documentos fornecidos pela Contratante e aprovados pelas autoridades competentes e ainda as cláusulas deste Contrato.

2.6. As obras/serviços serão executados neste município, forma de execução indireta, em regime de empreitada global de material e mão de obra sem prejuízo do disposto no parágrafo 1º, do artigo 65, da lei 8.666/93 e, em conformidade com o respectivo projeto básico, planilha quantitativo/orçamentária e cronogramas.

2.7. Dos Materiais e Condições De Similaridade

2.7.1. Todos os materiais necessários para a execução da obra/serviços deverão ser fornecidos pela Contratada. Devendo ser de primeira qualidade e obedecer às normas técnicas específicas.

2.7.2. As marcas citadas nas especificações, se houverem, constituem apenas referências, admitindo-se outras, previamente aprovadas pela fiscalização, e obedecendo ao projeto de engenharia da Contratante.

2.7.3. Os materiais especificados poderão ser substituídos, mediante consulta prévia à fiscalização, por outros similares, desde que possuam as seguintes condições de similaridade em relação ao substituído: qualidade reconhecida ou testada, equivalência técnica (tipo, função, resistência, estética e apresentação sendo mesma ordem de grandeza de preço).

CLAÚSULA TERCEIRA - DA DESCRIÇÃO, EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DA OBRA/SERVIÇOS.

3.1. Os serviços deverão ser executados rigorosamente de acordo com as normas técnicas estabelecidas nos Memoriais Descritivos, Memória de Cálculo, Planilha de Custos, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos, bem como com estrita obediência ao Termo de Referência/Projeto Básico, Edital e seus SubAnexos, todos constantes dos autos, bem como às prescrições e exigências das especificações da Contratante e neste Contrato.

3.2. Deverão ser considerados, para perfeito entendimento dos serviços a serem executados, os elementos e especificações técnicas contidos no **Processo Administrativo nº 6563/2017.**

3.2.1. A aceitação de qualquer serviço pela fiscalização está vinculada ao rigor da boa técnica construtiva e aos elementos especificados, projetos e memorial descritivo. A aceitação de serviços básicos fica diretamente ligada à conferência da equipe da Contratante.



3.3. A execução do contrato será acompanhada, conforme o caso, nos termos do Art. 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993.

3.4. A Contratada terá o prazo de **240 (duzentos e quarenta) dias** corridos para a realização do serviço, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviços.

3.4.1. A Contratada deverá, inicialmente, fixar no canteiro de serviços placas alusivas à obra com as dimensões exigidas na planilha orçamentária e com os dizeres e símbolos a serem determinados pela Contratante.

3.5. A Contratada se responsabilizará pelo fornecimento e manutenção de um **Diário de Obra** permanentemente disponível para lançamentos no local da obra, sendo que, a manutenção, aquisição e guarda serão de sua inteira responsabilidade, devendo entregar diariamente cópia do diário de obra ao Engenheiro Fiscal da Contratante responsável pela fiscalização. Devendo ser observadas as condições descritas no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do Edital da **Concorrência Pública 005/2017**, nos Documentos Técnicos referentes ao objeto e demais informações contidas no **Processo nº 6563/2017**.

3.5.1. Além das anotações obrigatórias sobre os serviços em andamento e os programados, a Contratada deverá recorrer ao Diário de Obra, sempre que surgirem quaisquer improvisações, alterações técnicas ou serviços imprevistos decorrentes de acidentes, ou condições especiais.

3.5.2. Neste caso, também é imprescindível a assinatura de ambas as partes no livro, como formalidade de sua concordância ou discordância técnica com o fato relatado.

3.5.3. Serão obrigatoriamente registrados no Diário de Obra:

3.5.3.1. Pela Contratada:

- a) As condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos;
- b) As falhas nos serviços de terceiro não sujeito à sua ingerência;
- c) As consultas à fiscalização;
- d) As datas de conclusão de etapas caracterizadas de acordo com o cronograma aprovado;
- e) Os acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos;
- f) As respostas às interpelações da fiscalização;
- g) A eventual escassez de material que resulte em dificuldades para a obra ou serviço;
- h) Outros fatos que, ao juízo da Contratada, deve ser objeto de registro;

3.5.3.2. Pela Fiscalização:

- a) Atestado da veracidade dos registros previstos nos **subitens 3.5.3.1** letras "a" e "b".
- b) Juízo formado sobre o andamento da obra/serviços, tendo em vista as especificações, prazo e cronograma;
- c) Observações cabíveis a propósito dos lançamentos da contratada no Diário de Ocorrências;
- d) Soluções às consultas lançadas ou formuladas pela Contratada, com correspondência simultânea para autoridade superior;
- e) Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da Contratada;
- f) Determinação de providências para o cumprimento das especificações;
- g) Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente ao trabalho de fiscalização.

3.6. A seu critério, a Contratante e/ou a Fiscalização do Departamento de Engenharia e Obras em nome da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde do Município de Gurupi, poderá exigir a demolição para reconstrução de qualquer parte da obra, caso tenha sido executada com imperícia técnica comprovada ou em desacordo com o Projeto, Normas e Especificações Próprias e Determinações da Fiscalização, nos termos do artigo 69, da Lei nº 8.666/93, o que correrá inteiramente a expensas da licitante Contratada.

3.7. A obra deverá ser entregue em perfeito estado de limpeza e conservação devendo ser realizada uma vistoria da obra pela Contratada, antes da comunicação oficial do término da mesma, acompanhada pela Fiscalização da Contratante, realizando-se a inspeção e liberação da obra.

3.7.1. Todos os materiais que forem depositados no canteiro de obra e que eventualmente não sejam aplicados na obra deverão ser totalmente removidos no término da execução dos serviços.

3.8. Feita a vistoria, será firmado o **Termo de Entrega Provisória**, de acordo com o Art. 73, inciso I, alínea "a" da Lei nº 8.666/93, onde deverão constar, se houver, todas as pendências e/ou problemas verificados na vistoria.



3.9. O Recebimento da obra/serviços executados pela Contratada será efetivado em duas etapas sucessivas:

- 3.9.1. Primeira etapa:** após a conclusão da obra/serviços e solicitação oficial da Contratada, mediante uma vistoria realizada pela Fiscalização e/ou Comissão de Recebimento de Obras e Serviços, será efetuado o **Recebimento Provisório**;
- 3.9.2.** Após a vistoria, através de comunicação oficial da Fiscalização, serão indicadas as correções e complementações consideradas necessárias ao Recebimento Definitivo, bem como estabelecido o prazo para a execução dos ajustes;
- 3.9.3. Segunda etapa:** após a conclusão das correções e complementações e solicitação oficial da Contratada, mediante nova vistoria realizada pela Fiscalização e/ou Comissão de Recebimento de Obras e Serviços será realizado o **Recebimento Definitivo**;
- 3.9.4. O Recebimento Definitivo** somente será efetivado pela Contratante, após a apresentação pela Contratada da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Certificado de Recolhimento de FGTS e comprovação de pagamento das demais taxas, impostos e encargos incidentes sobre o objeto do Contrato.
- 3.10.** O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil pela segurança dos serviços, consoante Artigo 618 do Código Civil, nem a ética profissional pela perfeita execução do contrato.
- 3.11.** A Contratante rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato (art. 76 da Lei nº 8.666/93).
- 3.12. A Contratada não receberá a referida obra** se detectado pela fiscalização, algum tipo de imperícia técnica ou execução total ou parcial em desacordo com os projetos apresentados.
- 3.13. A Contratada deverá adotar na obra, no que se refere à higiene e segurança do trabalho, as disposições da legislação vigente expedida pelo Ministério do Trabalho, fazendo seus empregados utilizarem-se de equipamentos de proteção individual(EPI)/coletiva(EPC) em atendimento a NR-18, observando-se o disposto no item 13 deste Contrato.**
- 3.14.** Correrá por conta da Contratada a responsabilidade por qualquer acidente de trabalho em função da obra contratada, ainda que resultantes de caso fortuito ou por qualquer outra causa, pelo uso indevido de patentes registradas e pela destruição ou danificação da obra, até a aceitação definitiva da mesma pela Administração, bem como, pelas indenizações que possam vir a ser devidas a terceiro oriundos da execução da obra e/ou ações ou omissões da licitante Contratada, ainda que ocorram em via pública.
- 3.15.** A contratada entregará à Contratante, por ocasião da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, todos os documentos de legalização da obra, contendo eventuais modificações havidas no projeto básico, sendo duas vias em meio físico e duas vias em meio digital.
- 3.16.** A Contratada se obriga a fornecer a relação de pessoal e a respectiva guia de recolhimento das obrigações com o INSS.
- 3.17.** Ao final da obra, deverá ainda fornecer a seguinte documentação relativa à obra: Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais e Dívida Ativa da União; Certidão de Regularidade de Situação perante o FGTS, e Certidão de Quitação do ISS referente ao Contrato.

CLAÚSULA QUARTA - DO VALOR DO CONTRATO

- 4.1.** As partes atribuem a este contrato o **Valor Global de R\$ 2.852.332,77 (Dois milhões oitocentos e cinquenta e dois mil trezentos e trinta e dois reais e setenta e sete centavos)**.
- 4.2. Sendo o valor de R\$ 2.211.128,36 (Dois milhões duzentos e onze mil cento e vinte e oito reais e trinta e seis centavos)** referente ao Recurso de Repasse da União, conforme **CONVÊNIO/SISMOB (Sistema de Monitoramento de Obras)** número proposta: 11336.6720001/16-001.
- 4.3. Sendo o valor de R\$ 641.204,41 (Seiscentos e quarenta e um mil duzentos e quatro reais e quarenta e um centavos)** referente ao Recurso originário da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde.



Folhas 2086
P M G

4.4. Acordam as partes que o valor global para execução das obra/serviços objeto deste contrato é o valor constante na respectiva Proposta de Preços vencedora apresentada em sessão pela Contratada, que será pago de conformidade com o andamento da obra/serviços, no que determinar as medições.

4.5. A planilha de quantidades e preços, bem como o cronograma físico-financeiro apresentado pela Contratada, na sessão da licitação passam a fazer parte integrante deste Contrato.

4.5.1. No preço acordado estão inclusas todas as despesas diretas e indiretas, impostos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, acidentários, seguros, despesas com mão de obra, transportes, ferramentas, materiais, equipamentos, contratações e locações e outras incidentes.

CLAUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1. Os pagamentos serão realizados, obedecida às medições realizadas e aprovadas pela Contratante, de acordo com os serviços efetivamente executados, obedecendo ao cronograma físico-financeiro e ao respectivo faturamento com apresentação da nota fiscal, onde serão discriminados os serviços executados e atesto emitido por servidor municipal designado para a fiscalização da execução dos serviços, obedecidas às condições estabelecidas no Contrato e neste Edital e seus anexos.

5.1.1. A Contratante efetuará o pagamento à Contratada, pelos serviços contratados e executados, nos preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos. Ficam expressamente estabelecidos que os preços incluam todos os custos diretos e indiretos para a execução da obra/serviços, de acordo com as condições previstas nas **especificações técnicas** e nas **normas** contidas no Edital e demais anexos.

5.2. O pagamento da primeira fatura/nota fiscal somente poderá ocorrer após a comprovação da realização dos serviços determinados no cronograma-físico-financeiro e mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) Registro da obra no CREA/TO;
- b) Matrícula da obra no INSS;
- c) Relação dos Empregados - RE.

5.3. O pagamento do valor faturado deverá ser efetuado no máximo 30 (trinta) dias após o certidão da Comissão de Fiscalização na Nota Fiscal de serviços executados.

5.4. Para efetivação dos pagamentos, a Contratada deverá apresentar juntamente com os documentos aludidos no item anterior as seguintes certidões: Certidões de Regularidade junto a Fazenda Federal e Dívida Ativa da União, Estadual e Municipal, bem como INSS, FGTS e CNDT, aprovadas pela Comissão de Fiscalização, as quais deverão ser juntadas aos autos do processo próprio.

5.5. Poderá ser retido o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de trabalhos defeituosos ou débitos da Contratada para com a Contratante, bem como enquanto durar a falta de comprovação por parte da Contratada, da respectiva matrícula junto à Seguridade Social e a da correspondente comprovação dos encargos sociais pertinentes à obra.

5.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, que poderá ser compensada com o pagamento pendente sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

CLAUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1. O contrato terá vigência de **330 (trezentos e trinta) dias corridos** a partir da sua assinatura, compreendendo o prazo de **240 (duzentos e quarenta) dias corridos** para execução da obra e mais **90 (noventa) dias corridos** para recebimento definitivo por parte da Contratante, prorrogável na forma do Art. 57, §1º da Lei nº 8.666/93, mediante solicitação e justificativa escrita da parte interessada e aprovação da Contratante.

6.2. Será admitida a prorrogação dos prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega, mantidas as demais cláusulas do Contrato firmado e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

- a) Alteração do projeto ou especificações, pela Administração;
- b) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;



- c) Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
- d) Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por Lei;
- e) Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- f) Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

CLAUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA/SERVIÇOS

- 7.1. O prazo para a execução e entrega dos serviços será de 240 (duzentos e quarenta) dias, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço, deduzidos os dias determinados em ordem de paralisação, se ocorrer.
- 7.2. O prazo de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado, conforme o art. 57 da lei 8.666/93, mediante termo específico e formalizado de justificativa apresentada pela Contratada mediante aprovação justificada e comprovada tecnicamente pela Contratante por meio de Termo Aditivo ou outro Ato equivalente, a critério da Contratante.
- 7.3. Ficando a Contratada temporariamente impossibilitada, total ou parcialmente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução da obra/serviços, deverá comunicar e justificar o fato por escrito para que o Contratante tome as providências cabíveis.
- 7.4. A Contratante se reserva o direito de contratar a execução da obra/serviços com outra empresa, desde que rescindido o presente contrato e respeitadas as condições da licitação, não cabendo direito à Contratada de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

CLAUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 8.1. As despesas decorrentes da contratação da obra objeto desta Concorrência Pública, correrão por conta dos recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde de Gurupi, conforme a seguir:
- AÇÃO: CER II - CONST. (CENTRO DE ESPECIALIDADES REGIONAIS.BLINVEST)**
DOTAÇÃO: 07.0709.10.302.1043.1227 (MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE ASSISTIDA)
ELEMENTO DA DESPESA: 4.4.90.51 (OBRAS E INSTALAÇÕES)
FONTES DE RECURSOS:
0498 - (Recurso de Repasse da União, conforme CONVÊNIO/SISMOB (Sistema de Monitoramento de Obras) número proposta: 11336.6720001/16-001
040 - (Referente ao Recurso originário da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde).
- 8.2. Os recursos financeiros somente serão liberados, cumprido o estágio de liquidação da despesa, de acordo com as medições pertinentes à alocação do recurso a ser dispensado no cumprimento dos itens relacionados na Planilha Orçamentária e Cronograma Físico Financeiro.

CLAUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 9.1 Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, do Edital da Concorrência Pública são obrigações da **CONTRATANTE**:
- a) Paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do contrato, de forma parcial ou total;
 - b) Realizar as medições dos serviços necessárias;
 - c) Se responsabilizar pela execução dos Serviços em Terra constantes na planilha orçamentária;
 - d) Efetuar os pagamentos na forma e prazo previstos no contrato;
 - e) Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da Contratada, que possa ser inadequado;
 - f) Acompanhar e fiscalizar através de servidor designado pela Contratante a execução do contrato.
- 9.2 Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, de outras contidas no futuro Contrato e no Edital da **Concorrência** são obrigações da **CONTRATADA**:
- a) Manter preposto(s), com competência técnica e administrativa, aceitos pela Contratante, no local da obra ou serviço, para representá-la na execução do contrato;
 - b) Regularizar perante o CREA/CAU e outros órgãos, conforme o caso, o contrato decorrente da **Concorrência** conforme determina a Legislação em vigor;
 - c) Adotar na obra, no que se refere à higiene e segurança do trabalho, as disposições da legislação vigente expedida pelo Ministério do Trabalho, fazendo seus empregados utilizar-se de equipamentos de proteção individual (EPI) /coletiva (EPC) e atendimento a NR-18;



- d) Responsabilizar-se pelo fornecimento e manutenção do Diário de Obras;
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso do contrato, algum documento perder a validade;
- f) Trocar/substituir, reparar/corrigir pelo **prazo de até 07 (sete) dias úteis**, às suas expensas os serviços caso venham a ser recusadas no ato de recebimento, sendo que este ato não importará sua aceitação, independentemente da aplicação das sanções cabíveis;
- g) Prestar esclarecimentos solicitados e atender às reclamações formuladas, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, acompanhamento, controle e avaliação da Contratante, através do servidor municipal responsável, encarregado de acompanhar a entrega o qual atestará o fornecimento do objeto deste termo, tomando conhecimento da área e da complexidade da obra;
- h) Facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização por parte da Contratante e o acesso a todas as partes da obra tais como oficinas, depósitos, armazém, dependências ou similares onde se encontrem materiais destinados à obra contratada, atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas;
- i) Executar os serviços com o fornecimento de todos os materiais necessários para a realização do objeto, empregando exclusivamente materiais de primeira qualidade e mão de obra qualificada, obedecendo rigorosamente aos respectivos projetos e demais informações técnicas pertinentes;
- j) Providenciar, às suas expensas, toda a sinalização necessária à realização da obra/serviços;
- k) Responsabiliza-se por acidentes de trânsito ocorrido em área contígua à obra/serviços, decorrentes da falta de sinalização diuturna e de dispositivos de segurança adequados à execução da obra/serviços;
- l) Responsabilizar-se por qualquer acidente do trabalho em função da obra contratada, ainda que resultantes de caso fortuito ou por qualquer outra causa, pelo uso indevido de patentes registradas e pela destruição ou danificação da obra, até a aceitação definitiva da mesma pela Contratante, bem como, pelas indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros, oriundas da execução da obra e/ou ações ou omissões da Contratada, ainda que ocorram em via pública;
- m) A Contratada obriga-se a exercer coordenação e controle dos materiais e dos serviços contratados, facilitando, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da Fiscalização por parte da Contratante e o acesso aos serviços e a todas as partes da obra tais como oficinas, depósitos, armazém, dependências ou similares onde se encontrem materiais destinados à obra contratada, atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas;
- n) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, inclusive em relação ao preço, os acréscimos e supressões que se fizerem no objeto contratado, respeitado os limites indicados no Art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93;
- o) Correrão por conta da Contratada todas as despesas diretas, indiretas, tributárias, trabalhistas e de acidentes de trabalho para a fiel execução da obra/serviços contratados;
- p) Responsabilizar-se pelas despesas relativas às leis sociais, seguros, vigilância, transporte, alojamento e alimentação do pessoal, durante todo o período da obra;
- q) Remover, ao final dos serviços, os entulhos e as sobras dos materiais, promovendo a limpeza dos locais onde foi executada a obra/serviços objeto deste contrato;
- r) Responder pelos danos causados direta ou indiretamente a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto contratado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização;
- s) Em caso de inexecução total ou parcial, ou qualquer outra inadimplência, a contratada estará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, no que couber garantida prévia defesa, às penalidades previstas no artigo 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666/93;
- t) Entregar a obra em perfeito estado de limpeza e conservação.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O Contratado deve observar rigorosamente as condições estabelecidas neste Termo Contratual sujeitando-se, além das responsabilidades por perdas e danos, às penalidades constantes no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93, conforme disposto:

I - Advertência nos casos de:

- a) Desistência parcial da proposta, devidamente justificada;
- b) Cotação errônea parcial ou total da proposta, devidamente justificada;

II - Multas nos seguintes casos e percentuais:

- a) Por atraso injustificado na execução do Instrumento Contratual/Ordem de Autorização para execução do objeto em até 30 (trinta) dias: 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor global contratado;
- b) Por atraso injustificado na execução do objeto pela Contratada, superior a 30 (trinta) dias da assinatura do Instrumento Contratual/Ordem de Autorização para execução do objeto: 15% (quinze



- por cento) sobre o valor global contratado, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho ou rescisão contratual;
- c) Por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Órgão Competente: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;
 - d) Recusa do adjudicatário em receber/firmar o Instrumento Contratual/a Ordem de Autorização para execução do objeto, dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da data da convocação: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;
 - e) Por inexecução total ou parcial injustificada no Instrumento Contratual/ Ordem de Autorização para execução do objeto: 20% (vinte por cento) sobre o valor global da proposta ou sobre a parcela não executada, respectivamente;
 - f) A aplicação da penalidade de multa não afasta a aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de licitar ou contratar com a Administração, a critério da Autoridade.

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar ou contratar com a Administração:

- a) Por atraso injustificado na execução do Instrumento Contratual/Ordem de Autorização para execução do objeto, superior a 31 (trinta e um) dias: até 01 (um) ano;
- b) Por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente até 02 (dois) anos;
- c) Por recusa do adjudicatário em assinar/receber o Contrato/Ordem de Autorização para execução do objeto, conforme o caso, dentro de até 05 (cinco) dias úteis da data da convocação: até 02 (dois) anos;
- d) Por inexecução total ou parcial injustificada no Instrumento Contratual/ Ordem de Autorização para execução do objeto: até 02 (dois) anos;
- e) Por deixar de entregar os documentos exigidos para habilitação: até 02 (dois) anos.

IV - Impedimento de licitar com a Administração e descredenciado no SICAF, ou no Sistema de Cadastramento de Fornecedores do Município, conforme o caso, de acordo com o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002:

- a) Após convocado, não celebrar o Contrato dentro do prazo de validade da sua proposta;
- b) Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) Não manter a proposta;
- e) Falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

10.2 As multas previstas no **item II** serão descontadas, de imediato, do pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso.

10.3 As sanções previstas nos itens I, III, IV e V do **subitem 10.1**, poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, facultada a defesa prévia do Licitante no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, onde deverá ser observada a regra de contagem de prazo estabelecida no art. 110 da Lei nº 8.666/93.

10.3.1 As sanções administrativas serão aplicadas pela Autoridade após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia. A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por meio de correspondência com aviso de recebimento onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa.

10.4 A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração, bem como a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

10.5. As sanções previstas nos itens I, II, III e IV do **subitem 10.1** são da competência do Órgão Gestor, conforme o caso.



10.6. A sanção prevista no item V do **subitem 10.1** são da competência de autoridade superior competente da Administração, facultada a defesa do Licitante no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação, ou antes, se devidamente justificada e aceita pela autoridade que a aplicou.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do citado art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos comprovados que houver sofrido tendo ainda o direito à devolução de garantia (quando houver), aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão e ao pagamento do custo da desmobilização.

11.2. Por acordo entre as partes este contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo das contratantes, atendida a conveniência dos serviços, recebendo a Contratada o valor dos serviços executados.

11.3. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO E DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

12.1. A Contratante manterá a partir do início dos serviços até o seu recebimento definitivo, **a seu critério exclusivo**, uma equipe de fiscalização constituída por profissionais habilitados que considerar necessários ao acompanhamento e controle dos trabalhos a serem realizados pela Contratada.

12.5 A fiscalização poderá embargar, rejeitar, impugnar e mandar refazer os serviços e mão-de-obra que, a seu critério estejam em desacordo com o previsto nos documentos supracitados e nas exigências contratuais e do termo de referência.

12.5.1 A ação da fiscalização será preventiva, sem interferência na metodologia de trabalho da licitante contratada, e, em absoluto gerará responsabilidade para a Administração pela execução das obras e serviços, como também não excluirá e nem reduzirá as responsabilidades da licitante contratada pela má execução das mesmas.

12.2.2. A Contratada obriga-se a iniciar qualquer correção exigida pela fiscalização da Administração, dentro do prazo de 07 (sete) dias úteis a contar do recebimento da exigência, correndo por exclusiva conta da licitante as despesas dali decorrentes.

12.3.1. Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela Fiscalização serão considerados como praticados pela Contratante.

12.4. Serão considerados para efeito de medição e pagamentos os serviços efetivamente executados pela Contratada e aprovados pela Fiscalização e atestada pela mesma, respeitada a rigorosa correspondência com o projeto e suas modificações, se houver, com as Planilhas de Custo e Cronograma Físico-Financeiro, quanto aos critérios de medição e pagamento, e em concordância com o estipulado neste Contrato.

12.4.1. As medições dos serviços serão baseadas em relatórios periódicos elaborados pela Contratada, registrando os levantamentos, cálculos e gráficos necessários à discriminação e determinação das quantidades dos serviços efetivamente executados.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) / COLETIVA (EPC) E ATENDIMENTO A NR-18

13.1. A Contratada será responsável pela segurança de seus funcionários, munindo-os com todos os equipamentos necessários à proteção individual e coletiva, durante a realização dos serviços, bem como de uniforme com logomarca da empresa de modo a facilitar a identificação dos mesmos.

13.2 Além dos equipamentos de proteção individual e coletiva, a Contratada deverá adotar todos os procedimentos de segurança necessários à garantia da integridade física de terceiros que transitam pela obra.

13.3 A Contratada será responsável pela obediência a todas as recomendações, relacionadas à segurança do trabalho, contidas na Norma Regulamentadora NR-18, aprovada pela Portaria 3.214 de 08.06.78, do Ministério do Trabalho, publicada no DOU de 06.07.78 (suplemento).



Folhas 2091
P M C
n.º

13.4 Em obediência ao disposto na Norma Regulamentadora NR-18 serão de uso obrigatório os seguintes equipamentos:

- a) A Contratada será responsável pela segurança de seus funcionários, munindo-os com todos os equipamentos necessários à proteção individual e coletiva, durante a realização dos serviços, bem como de uniforme com logomarca da empresa de modo a facilitar a identificação dos mesmos.

13.5 Além dos equipamentos de proteção individual e coletiva, a Contratada deverá adotar todos os procedimentos de segurança necessários à garantia da integridade física de terceiros que transitem pela obra.

13.6 A Contratada será responsável pela obediência a todas as recomendações, relacionadas à segurança do trabalho, contidas na Norma Regulamentadora NR-18, aprovada pela Portaria 3.214, de 08.06.78, do Ministério do Trabalho, publicada no DOU de 06.07.78 (suplemento).

13.7 Em obediência ao disposto na Norma Regulamentadora NR-18 serão de uso obrigatório os seguintes equipamentos:

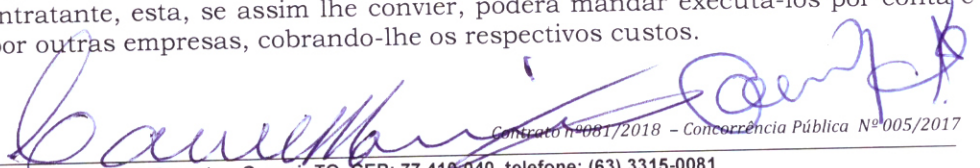
- a) **Capacetes de segurança:** para trabalhos em que haja o risco de lesões decorrentes de queda ou projeção de objetos, impactos contra estruturas e outros acidentes que ponham em risco a cabeça do trabalhador. Nos casos de trabalhos realizados próximos a equipamentos ou circuitos elétricos será exigido o uso de capacete específico.
- b) **Protetores faciais:** para trabalhos que ofereçam perigo de lesão por projeção de fragmentos e respingos de líquidos, bem como por radiações nocivas.
- c) **Óculos de segurança contra impactos:** para trabalhos que possam causar ferimentos nos olhos.
- d) **Óculos de segurança contra radiações:** para trabalhos que possam causar irritação nos olhos e outras lesões decorrentes da ação de radiações.
- e) **Óculos de segurança contra respingos:** para trabalhos que possam causar irritações nos olhos e outras lesões decorrentes da ação de líquidos agressivos.
- f) **Protetores auriculares:** para trabalhos realizados em locais em que o nível de ruído for superior ao estabelecido na NR-15.
- g) **Luvas e mangas de proteção:** para trabalhos em que haja possibilidade do contato com substâncias corrosivas ou tóxicas, materiais abrasivos ou cortantes, equipamentos energizados, materiais aquecidos ou quaisquer radiações perigosas. Conforme o caso, as luvas serão de couro, de lona plastificada, de borracha ou de neoprene.
- h) **Botas de borracha ou de PVC:** para trabalhos executados em locais molhados ou lamacentos, especialmente quando na presença de substâncias tóxicas.
- i) **Botinas de couro:** para trabalhos em locais que apresentem riscos de lesão do pé.
- j) **Cintos de Segurança:** para trabalhos em que haja risco de queda.
- k) **Respiradores contra poeira:** para trabalhos que impliquem produção de poeira.
- l) **Máscaras para jato de areia:** para trabalhos de limpeza por abrasão, através de jato de areia.
- m) **Respiradores e máscaras de filtro químico:** para trabalhos que ofereçam riscos provenientes de ocorrência de poluentes atmosféricos em concentração prejudiciais à saúde.
- n) **Avental de raspa:** para trabalhos de soldagem e corte a quente e para dobragem e armação de ferros.

CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA DOS SERVIÇOS, DOS MATERIAIS EMPREGADOS E INSTALADOS E DA RESPONSABILIDADE

14.1. Sem prejuízo da garantia legal, com previsão no artigo 618 do Código Civil Brasileiro e na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, a licitante vencedora responderá pelos vícios ou defeitos dos serviços, materiais e equipamentos instalados, quer sejam eles de natureza técnica ou operacional, **durante o prazo de 05 (cinco) anos** contados da data do Recebimento Definitivo, emitido pelo **gestor do contrato**, período esse em que, independentemente das garantias fornecidas pelos respectivos fabricantes, deverá corrigir as imperfeições ao funcionamento e operação, individual ou em conjunto, arcando com todas as despesas decorrentes de mobilização, desmontagem, montagem, reparos, substituição, visitas técnicas, transporte, diárias, perícias, laudos, etc.

14.2. Ocorrendo defeito(s) durante o período de garantia, a Contratada será comunicada e deverá no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contado do recebimento da comunicação, providenciar o devido reparo sem qualquer ônus para a Contratante.

14.2.1. Se a licitante não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pela Contratante, esta, se assim lhe convier, poderá mandar executá-los por conta e risco da Contratada, por outras empresas, cobrando-lhe os respectivos custos.





14.3. Os serviços devem ser realizados por equipe devidamente habilitada, nenhum dos assuntos contidos neste Contrato, isenta as concorrentes da responsabilidade de incluírem em seus planos de trabalho toda e qualquer informação adicional relevante, justificada tecnicamente.

14.4. A presença da Fiscalização durante a execução da obra/serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a Contratada, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços, inclusive pelos serviços executados por suas subcontratadas, se tiver, na forma da legislação em vigor.

14.5. Se a Contratada recusar, demorar, negligenciar ou deixar de eliminar as falhas, vícios, defeitos ou imperfeições apontadas, poderá a Contratante efetuar os reparos e substituições necessárias, seja por meios próprios ou de terceiros, transformando-se os custos decorrentes, independentemente do seu montante, em dívida líquida e certa da Contratada.

14.6. A Contratada responderá diretamente por todas e quaisquer perdas e danos causados em bens ou pessoas, inclusive em propriedades vizinhas, decorrentes de omissões e atos praticados por seus funcionários e prepostos, fornecedores e subcontratadas, bem como originados de infrações ou inobservância de leis, decretos, regulamentos, portarias e posturas oficiais em vigor, devendo indenizar a Contratante por quaisquer pagamentos que seja obrigado a fazer a esse título, incluindo multas, correções monetárias e acréscimos de mora.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

15.1. A Contratante poderá suprimir ou acrescer o objeto deste contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor contratado atualizado, de acordo com o disposto no Art. 65, I e § 1º da Lei nº 8.666/93.

15.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os Contratantes.

15.3. Caso haja necessidade, por motivos técnicos não previstos, de acréscimo ou supressão de obras/serviços, serão obedecidos os limites e demais condições estabelecidas em Lei, sendo:

- No caso de serviços a serem acrescidos, caberá à Contratada a apresentação da planilha orçamentária correspondente;
- Os serviços a serem acrescidos ou suprimidos serão levantados e orçados com base nos preços unitários constantes da proposta original, sendo o valor total dos mesmos, acrescido ou suprimido do valor global contratado;
- Os serviços não constantes das planilhas originais constantes do Processo deverão ser especificados e apresentados de acordo com o mercado local, Tabela SINAP e atentado aos preços ofertados em licitação, juntamente com as respectivas composições de preços unitários detalhadas;
- A tabela de preços de referência é aquela elaborada pela Contratante e encontra-se à disposição dos Licitantes para consulta.

15.4. As adequações do projeto que integrar o edital de licitação e as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no §1º do art. 65 da Lei 8.666/93, conforme arte. 13, inciso II do Decreto nº 7.983/2013.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1. Para acompanhamento, fiscalização e vistoria da execução dos serviços, atesto das medições e demais documentos técnicos referentes à execução do objeto, fica designada a servidora **Pollyana Batista Rodrigues Leite, Engenheira Civil CREA nº 201110/D-TO.**

16.2. Fica designada como **fiscal do contrato** e responsável pelo atesto das notas fiscais, a servidora do **Fundo Municipal de Saúde**, a **Sra. Emiliana Cruz Aguiar**, Fisioterapeuta, telefone para contato: (63) 3315-0092/98484-4829, e-mail: emilianafisio@hotmail.com.

16.3. A Fiscalização é exercida por interesse da Contratante e não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

16.4. A Contratante manterá a partir do início dos serviços até o seu recebimento definitivo, a seu critério exclusivo, uma equipe de fiscalização constituída por profissionais habilitados que considerar necessários ao acompanhamento e controle dos trabalhos a serem realizados pela Contratada.



- 16.5. A fiscalização poderá embargar rejeitar, impugnar e mandar refazer os serviços e mão-de-obra que, a seu critério estejam em desacordo com o previsto nos documentos supracitados e nas exigências contratuais e do edital da **Concorrência Pública nº 005/2017** e seus respectivos anexos.
- 16.6. A ação da fiscalização será preventiva, sem interferência na metodologia de trabalho da Contratada, e, em absoluto gerará responsabilidade para a Contratante pela execução da obra/serviços, como também não excluirá e nem reduzirá as responsabilidades da contratada pela má execução das mesmas.
- 16.7. A Contratada obriga-se a iniciar qualquer correção exigida pela fiscalização da Administração, dentro do prazo de 48 horas a contar do recebimento da exigência, correndo por exclusiva conta da Contratada as despesas daí decorrentes.
- 16.8. A Contratada obriga-se a exercer coordenação e controle dos materiais e dos serviços contratados, facilitando, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da Fiscalização por parte da Contratante e o acesso aos serviços e a todas as partes da obra tais como oficinas, depósitos, armazém, dependências ou similares onde se encontrem materiais destinados à obra contratada, atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.
- 16.9. Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela Fiscalização serão considerados como praticados pela Contratante.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DOS PROJETOS

- 17.1. Se os projetos e planilha orçamentária (materiais, serviços, quantitativos e preços), apresentados no processo e juntamente com o edital, ainda que analisados anteriores à participação do certame, enquanto licitante, e da contratação, enquanto vencedora do certame, e antes do início dos serviços, como Contratada, deverá analisar e endossar todos os dados, diretrizes e exequidade dos projetos e planilhas, apontando com antecedência os pontos com que eventualmente possa discordar, para que a Fiscalização efetue a análise desses pontos em discordância e emita um parecer indicando a solução que será aplicada.
- 17.2. Fica entendido que os projetos, as peças gráficas, as especificações técnicas, memorial descritivo, memória de cálculo, planilhas, caderno de encargos e outros, todos os documentos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um e se omita em outro será considerado especificado e válido.
- 17.3. Nenhuma alteração ou modificação de forma, acréscimo ou reduções, qualidade ou quantidade dos serviços ou que impliquem em alteração dos projetos da obra/serviços, poderá ser feita pela Contratada, sem expressa anuência da Contratante.
- 17.3.1. Nos casos onde forem realizadas alterações junto ao projeto, a Contratada deverá elaborar um novo projeto de "As-Built" sem custo para a Contratante.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO

- 18.1. Este contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, sob nenhum pretexto ou hipótese, poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da contratada com terceiros, **sem autorização prévia da Contratante**, por escrito, sob pena de aplicação de sanção inclusive rescisão contratual.
- 18.2. Em caso de subcontratação autorizada pela Administração, este deverá ocorrer com Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme inciso II, do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 18.2.1. No caso de subcontratação permanecerá íntegra e inalterada a responsabilidade do Contratado pelo integral cumprimento de todas as obrigações constantes do Edital e do Termo de Referência e execução do objeto contratado, como se diretamente os tivesse executado, não podendo opor ou transferir para a Contratante nenhuma exceção, restrição, alegação de descumprimento total ou parcial, que tenha em relação ao subcontratado ou que este tenha contra ele.
- 18.3. Nenhum encargo trabalhista, inclusive de acidente de trabalho, previdenciário, tributário ou responsabilidade civil de qualquer natureza, decorrente da subcontratação, será imputada ou se comunicará à Contratante.



18.4. Em casos de subcontratação para a execução dos serviços expressamente permitidos, a Contratada exigirá dos eventuais subcontratados, no que couberem, os mesmos requisitos que foram exigidos no processo licitatório.

18.5. Na hipótese **18.2** os empenhos e pagamentos da Contratante poderão ser destinados diretamente às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte eventualmente subcontratadas.

CLAUSULA DÉCIMA NONA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

19.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, conforme previsto no art. 65 da Lei nº 8.666/93, dentre os seguintes casos:

19.1.1. Unilateralmente pela Contratante:

- Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

19.1.2. Por acordo das partes:

- Quando conveniente a substituição da garantia de execução (se houver);
- Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

19.2. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

19.3. Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da Contratada, a Administração/Contratante deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

19.4. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

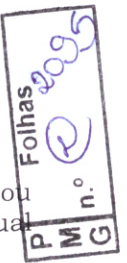
20. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DA OBRA/SERVIÇOS

20.1. A garantia de execução, que irá assegurar a fiel observância das obrigações contratuais, será obtido pela aplicação de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual;

20.2. A proponente vencedora, **no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato e antes da expedição da Ordem de Serviços**, deverá, sob pena de decair o direito de contratação, apresentar comprovação da formalização da garantia de execução da obra/serviços. O recolhimento da garantia de execução e da garantia adicional, se houver, poderá ser efetuado nas seguintes modalidades:

20.2.1. Depósito em espécie ou cheque nominativo à Contratante, mediante depósito em uma conta corrente **a ser fornecida pela contratante, mediante solicitação da licitante vencedora**. Em caso de depósito através de cheque, a validade da garantia somente se dará com a efetiva compensação do mesmo;

20.2.2. Carta Fiança Bancária, sendo obrigatório que o prazo de validade da mesma seja, no mínimo, igual ao prazo de execução do objeto do Contrato, **acrescido** de 90 (noventa) dias, incluindo cláusula de renúncia ao benefício de ordem;



20.2.3. Seguro Garantia em Apólice Nominal ao Contratante e emitido por seguradora brasileira ou autorizada a funcionar no Brasil, sendo obrigatório que o prazo de validade seja, no mínimo, igual ao prazo de execução do objeto do Contrato, **acrescido** de 90 (noventa) dias.

20.2.4. Títulos da Dívida Pública, devendo estes ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia **autorizado pelo Banco Central do Brasil** e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

20.3. Se ocorrer majoração do valor contratual o valor da garantia de execução será acrescido pela aplicação de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual majorado. No caso de redução do valor contratual, poderá a Contratada ajustar o valor da garantia de execução, se assim o desejar;

20.4. A Contratada perderá a garantia de execução e a garantia adicional, quando for o caso, de:

20.4.1. Inadimplência das obrigações e/ou rescisão do Contrato de Empreitada;

20.4.2. Não recebimento provisório e definitivo da obra contratada.

20.4.3. A garantia somente será restituída à Contratada após o cumprimento integral das obrigações contratuais e desde que não haja qualquer pendência com a Contratante.

20.4.4. A prestação da garantia de execução, nas condições previstas acima, é condição de eficácia do contrato.

20.5. A devolução da garantia de execução e da garantia adicional, quando for o caso, ou o valor que dela restar, e, **quando em dinheiro, atualizada monetariamente**, dar-se-á mediante apresentação dos seguintes documentos:

20.5.1. Termo de Recebimento Definitivo;

20.5.2. Certidão de Regularidade junto a Fazenda Federal e Dívida Ativa da União, referente ao objeto contratado concluído.

CLAUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Reger-se-á o presente Contrato, no que for omissivo, pelas disposições constantes na Lei nº 8.666/93 respectivas alterações, no **Edital da Concorrência Pública nº 005/2017 e no Processo Administrativo Nº 6563/2017.**

21.2. Os serviços contratados deverão ser realizados com rigorosa observância dos projetos e respectivos detalhes, bem como estrita obediência à prescrições e exigências das especificações da Contratante que serão considerados como parte integrante deste contrato.

21.3. Os serviços executados deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, CREA, CAU, etc. - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições do art.39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

21.4. Farão parte integrante deste contrato, todos os elementos apresentados pela Contratada, que tenha servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas na **Concorrência Pública nº 005/2017** e seus anexos, independentemente de transcrição.

21.5. A Contratada não poderá substituir o responsável Técnico, salvo casos de força maior e mediante prévia concordância da Contratante, satisfeitas todas as exigências do edital, nos termos do artigo 30, § 10 da lei nº 8.666/93.

21.6. Operações de reorganização empresarial, tais como fusão, cisão e incorporação, ocorridas durante a vigência deste contrato, deverá ser comunicada à Contratante e, na hipótese de restar caracterizada frustração das regras e princípios disciplinadores das licitações e contratos administrativos, ensejará a rescisão deste contrato.

21.7. À Contratante fica assegurado o lido direito de subsistindo razões plausíveis e de interesse coletivo, rescindir, unilateralmente, o contrato, em qualquer circunstância e época da execução do contrato, depois de notificada, do ato, à parte contratada, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, sem ônus ou responsabilidades decorrentes para o Poder Público e devidos fins de direito.



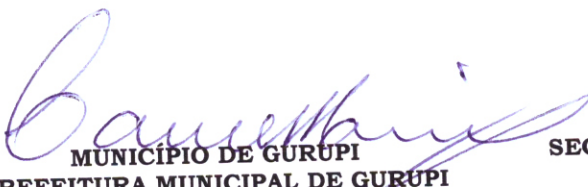
CLAUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

22.1. Para dirimir todas as questões decorrentes deste contrato, fica eleito o foro de Gurupi, Estado do Tocantins, não obstante outro domicílio que a Contratada venha a adotar, ao qual expressamente aqui renuncia.


22.2. Este Contrato será assinado pelos representantes das partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, sendo uma de suas vias juntada aos autos licitatórios, uma entregue para a Contratada, uma arquivada junto à Comissão Permanente de Licitação e, uma entregue ao Gestor da Secretaria Contratante, em presença das testemunhas que subscrevem ao final.

22.3. E por estarem de acordo com todos os termos, as Partes, assinam o presente Contrato.

Gurupi, Estado do Tocantins, aos 21 dias do mês de maio de 2018.


MUNICÍPIO DE GURUPI
PREFEITURA MUNICIPAL DE GURUPI
Laurez da Rocha Moreira
CONTRATANTE


SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO
MUNICIPAL DE SAÚDE
Vânio Rodrigues De Souza
CONTRATANTE


ALEF ALVES FERNANDES CONSTRUTORA EIRELI-ME -
CONSTRUTORA TAJ MAHAL
Alef Alves Fernandes
Proprietário
CONTRATADA

Testemunhas:

1

2

CPF

029.121.521-19

CPF

586.811.911.87

CONTRATO Nº 015/2018.
PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSO DO ARAGUAIA E COSTA E LIMA LTDA-ME.
VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2018.
VALOR: R\$ 4.983,00 (quatro mil novecentos e oitenta e três reais).
DATA: 15 de maio de 2018.

GURUPI

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2018 - SRP**

O Município de Gurupi - TO, através da Secretaria Municipal de Educação, por intermédio da Pregoeira, TORNA PÚBLICA a LICITAÇÃO do Pregão Presencial nº 016/2018 - SRP, Processo: 6520/2017. Tipo menor preço por item, exclusivos à participação de ME, EPP E MEI. Realização: 12/06/2018, às 09 (nove) horas, horário local, sala da CPL na BR-242, KM 407 (saída para Peixe), Bloco H, CEP: 77.405-070, Gurupi - TO. Objeto: Registro de preços, para futura, eventual e parcelada aquisição de Bandeiras e Kit Base com Mastros. Legislação: Lei 10.520/02, Decreto 7.892/2013, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar 147/2014 demais legislações pertinentes e subsidiariamente Lei 8.666/93. Edital e anexos disponíveis no site da Prefeitura Municipal: www.gurupi.to.gov.br.

Gurupi - TO, 23/05/2018.

Ynara Dourado Cabral
Pregoeira

**AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2017 - PROCESSO Nº 4120/2017
RETIFICADO**

O Município de Gurupi/TO, tendo como interveniente a Secretaria Municipal de Infraestrutura, através da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Gurupi, TORNA PÚBLICO que realizará dia 09/07/2018, às 09h, horário local, a Concorrência Pública nº 004/2017, tipo TÉCNICA e PREÇO, na forma de execução indireta, por meio de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E/OU CONSTRUÇÃO CIVIL ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS, SERVIÇOS PRELIMINARES, ANTEPROJETOS, PROJETOS BÁSICOS, PROJETOS EXECUTIVOS E APOIO TÉCNICO. Legislação: Lei nº 8.666/93 e atualizações. Edital e anexos disponíveis no site: www.gurupi.to.gov.br.

Gurupi - TO, 23/05/2018.

Ynara Dourado Cabral
Presidente da CPL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2018

Processo nº 6519/2017. Pregão Presencial nº 009/2018-SRP. Órgão Gerenciador: Secretaria Municipal de Educação. Órgãos Participantes Secretarias: Trabalho e da Assistência Social, Comunicação, Cultura e Turismo, Desenvolvimento Urbano, Infraestrutura, Juventude e Esporte e Saúde. Detentoras: Palmas Comércio de Divisórias Ltda, CNPJ nº 05.292.962/0001-85. Objeto: Registro de Preços, para Futura, Eventual e Parcelada Aquisição de cortinas persianas verticais, incluindo suporte e instalação. Assinatura: 17/05/2018. Vigência: 12 meses contados desta publicação. Íntegra da ARP: www.gurupi.to.gov.br. Fundamentação Legal: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, Lei Complementar 155, de 27 de outubro de 2016, Decreto Federal nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Decreto Municipal nº 738, de 01 de Agosto de 2017, Resolução TCE/TO nº 181, de 1º de Abril de 2015 e, subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações pertinentes.

Gurupi - TO, 23 de Maio de 2018.

Eurípedes Fernandes Cunha
Secretária Municipal de Educação

EXTRATO DO CONTRATO Nº 081/2018

Processo: Nº 6563/2017. Concorrência Pública nº 005/2017. Partes: Município de Gurupi, com interveniência da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde e ALEF ALVES FERNANDES CONSTRUTORA EIRELI-ME - CONSTRUTORA TAJ MAHAL, CNPJ nº 21.398.725/0001-50. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS PARA CONSTRUÇÃO DO CER II - CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO, GURUPI-TO. Assinatura: 21/05/2018. Vigência: 330 (trezentos e trinta) dias corridos a partir da assinatura. Valor Global: R\$ 2.852.332,77 (Dois milhões oitocentos e cinquenta e dois mil trezentos e trinta e dois reais e setenta e sete centavos). Dotação: 07.0709.10.302.1043.1227.

Gurupi - TO, 21/05/2018.

Vânio Rodrigues de Souza
Secretário Municipal de Saúde

IPUEIRAS

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2018, DE 03 DE MAIO DE 2018.

Reprova as Contas Anuais Consolidadas de 2015 da Prefeitura Municipal de Ipueiras.

A Mesa da Câmara Municipal de Ipueiras, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista que, em primeira e segunda votação, realizadas nas sessões do dia 02 e 03 de maio de 2018, por maioria, os vereadores votaram pela reprovação das contas anuais consolidadas do exercício de 2015, promulga o presente

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Ficam reprovadas as Contas Anuais Consolidadas referentes ao exercício de 2015 da Prefeitura Municipal de Ipueiras, de responsabilidade do ex-gestor HÉLIO CARVALHO DOS ANJOS, analisadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins no Processo nº 5301/2016, com Parecer Prévio nº 114/2017 - 2ª Câmara, em virtude de irregularidades de natureza GRAVÍSSIMA que importam em DANOS AO ERÁRIO MUNICIPAL.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal de Ipueiras, Estado do Tocantins, aos 03 do mês de maio de 2018.

RAIMUNDO GOMES DOS SANTOS
Presidente

JUCELICE PINTO SOUZA
Vice-Presidente

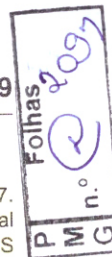
WILSON POINCARÉ ANDRADE COSTA
Primeiro Secretário

TOMAZ FERREIRA DA SILVA
Segundo Secretário

JUARINA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 004/2018
PROCESSO Nº 015/2018.
CONTRATO Nº 018/2018
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de conexão à internet via rádio em frequência 5GHZ destinado a Prefeitura Municipal de Juarina durante o ano de 2018.
FAVORECIDO: R H da Silva Luz, CNPJ: 30.203.025/0001-53.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor total é de R\$ 24.024,00 (vinte e quatro mil e vinte e quatro reais).
VIGÊNCIA: Da data da assinatura até o dia 31 de dezembro de 2018.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA
RETIFICAÇÃO**

No Aviso de Licitação, Pregão Presencial nº 9/2018, veiculado no DOU na Seção 3 em 23/05/2018 na página 263. Onde se lê: 30 de maio às 09:00 horas; leia-se: dia 07 de junho de 2018 às 08h30min.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2018 - SRP**

A Superintendência de Licitações e Compras de Araguaína - TO, torna público que fará realizar na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitações, localizada na Rua 25 de dezembro, nº 265, 1º andar, Centro, Araguaína - TO (Prédio da Prefeitura Municipal), a licitação abaixo:

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2018. Abertura dia 07.06.2018 às 08h30min, Formalização de ata de registro de preços para contratação de empresa especializada em fornecimento de medicamentos do componente básico da Assistência Farmacêutica para atender os pacientes do Sistema Municipal de Saúde de Araguaína - TO.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (063) 3411-7004 e no guichê da CPL, no horário de 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min em dias úteis. RETIRADA DO EDITAL. NO SITE: www.araguaina.to.gov.br

Araguaína - TO, 23 de maio de 2018.
WASHINGTON LUIZ PEREIRA DE SOUSA
Superintendente de Licitações e Compras

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA
RETIFICAÇÃO**

No Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 17/2018, publicado no DOU, do dia 23.05.2018, número da página 263, Seção 3. Onde se lê: Data 04.06.2018, Leia-se: Data 06.06.2018. Araguaína/TO, 23/05/2018. Pregoeiro - Roberto Ednamits dos Santos - CPL - PMA.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2018 - SRP**

Processo administrativo nº 25/2018/FMSCO/TO. Pregão Presencial SRP Nº006/2018/FMSCO/TO. Nº Processo: 2018006296

O MUNICÍPIO DE COLINAS DO TOCANTINS, ESTADO DO TOCANTINS, TENDO COMO INTERVENIENTE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, torna público aos interessados, que fará realizar no dia 07 de Junho de 2018, às 09:00 horas, PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2018/FMSCO/TO, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. Fundamentado nas Leis Federal nº 10.520/02 e Lei 8.666/93 e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujo objeto é contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos e material permanente de acordo com a Proposta de equipamento/material permanente nº11359.904000/1170-01 do Ministério da Saúde, referente a Emenda Parlamentar Nº30680002, para Unidade de Atenção Especializada em Saúde em atendimento as demandas do Hospital Municipal de Colinas do Tocantins, conforme especificações constantes no Anexo I (Termo de Referência), o qual fica fazendo parte integrante do presente edital. O Edital e maiores informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO (NOVA SEDE), situada à Rua 23 A, s/n - Setor Aeroporto - nesta cidade, no horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min ou através do e-mail: licitacao@colinas.to.gov.br ou no site: colinas.to.gov.br/licitacao. Maiores informações estarão disponíveis pelo telefone (063) 3476-7008/99203-3987 e no e-mail: licitacao@colinas.to.gov.br.

Colinas do Tocantins - TO, 22 de maio de 2018.
MALVINA DA CRUZ NASCIMENTO
Pregoeira

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DARCINÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2018/FMS**

Objeto: Aquisição de 02 (dois) Veículos Ambulância para Simples Remoção, TIPO A. Abertura: 13/06/2018. Horário: 10:00 horas (horário local). Maiores Informações na sede da Prefeitura Municipal de Darcinópolis.

ANTÔNIA RODRIGUES DE BRITO
Gestora do Fundo

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GURUPI
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 021/2018. Processo: 2018.001313. Pregão Presencial nº 013/2018-SRP. Órgão Gerenciador: Secretaria Municipal de Administração. Órgãos Participantes: Gabinete do Prefeito: GURUPIPREV; IPASGU; Secretaria Municipais de: Educação; Idoso; Ciência, Tecnologia e Inovação; Comunicação; Cultura e Turismo; Desenvolvimento Urbano; Infraestrutura; Juventude e Esportes; Planejamento e Finanças; Produção, Cooperativismo e Meio Ambiente; Saúde/Fundo Municipal de Saúde; Assistência Social/Fundo Municipal da Assistência Social. Detentora: AUTO POSTO COMETA LTDA, CNPJ nº 11.696.367/0001-08. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA O ABASTECIMENTO DE FROTAS (ETANOL, GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL, ÓLEO DIESEL S10E ARLA 32). Data de Assinatura: 22/05/2018. Vigência: 12 meses contados desta publicação. Integra da ARP: www.gurupi.to.gov.br. Fundamentação Legal: Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93, Decreto nº 7.892/2013, Decreto nº 3.555/2000, Lei Complementar nº 123/2006 e nº 147/2014, Decreto Federal nº 8.538/2015, Resolução TCE/TO nº 181/2015 demais legislações pertinentes.

**AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 4/2017
Retificado**

Processo: 4120/2017. Concorrência Pública nº 004/2017. Tipo TÉCNICA e PREÇO, na forma de execução indireta, por meio de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E/OU CONSTRUÇÃO CIVIL ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS, SERVIÇOS PRELIMINARES, ANTEPROJETOS, PROJETOS BÁSICOS, PROJETOS EXECUTIVOS E APOIO TÉCNICO. Realização: dia 09/07/2018, às 09h (horário local) na sala de licitações. Edital e anexos disponíveis no site: www.gurupi.to.gov.br. Fundamentação Legal: Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes e atualizações.

Gurupi-TO, 23 de maio de 2018.
YNARA DOURADO CABRAL
Presidente da Comissão

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2018 - SRP**

Processo: 6520/2017.

O Município de Gurupi - TO, através da Secretaria Municipal de Educação, por intermédio da Pregoeira, TORNA PÚBLICO a LICITAÇÃO do Pregão Presencial nº 16/2018 - SRP, Tipo menor preço por item, exclusivos à participação de ME, EPP E MEI. Objeto: Registro de preços, para futura, eventual e parcelada aquisição de Bandeiras e Kit Base com Mastro, Recebimento e Abertura dos Envelopes e Realização da Sessão: Realização 12/06/2018 às 09h, na sala da CPL na BR-242, KM 407 (saída para Peixe), Prédio Central, CEP: 77.405-070, Gurupi - TO. Edital e anexos disponíveis no site da Prefeitura Municipal, www.gurupi.to.gov.br. Fundamentação Legal: Lei 10.520/02, Decreto nº 7.892/2013, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar 147/2014 demais normas pertinentes e subsidiariamente Lei 8.666/93.

Gurupi, TO 23 de maio de 2018
YNARA DOURADO CABRAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 81/2018

Processo: Nº 6563/2017. Tomada de Preços nº 005/2017. Partes: Município de Gurupi, com interveniência da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde e ALEF ALVES FERNANDES CONSTRUTORA EIRELI-ME - CONSTRUTORA TAJ MAHAL, CNPJ nº 21.398.725/0001-50. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS PARA CONSTRUÇÃO DO CER II - CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO, GURUPI-TO. Assinatura: 21/05/2018. Vigência: 330 (trezentos e trinta) dias corridos a partir da assinatura. Valor Global: R\$ 2.852.332,77 (Dois milhões oitocentos e cinquenta e dois mil trezentos e trinta e dois reais e setenta e sete centavos). Dotação: 07.0709.10.302.1043.1227. Gurupi-TO, 21/05/2018. Vânio Rodrigues de Souza - Secretário Municipal de Saúde.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AFONSO
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Espécie: Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial Nº 027/2018 - PROC. Nº 185/2018. Aquisição de Materiais Esportivos. Objeto: Aquisição de Materiais Esportivos para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Pedro Afonso. VIGÊNCIA: A vigência da ata será de 12 meses, contados a partir da sua publicação. BASE LEGAL: Processo nº 185/2018, Pregão Presencial nº 027/2018, Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93. RECURSOS: Classificação Funcional: 27.812.0011.2.029. Natureza da despesa: 3.3.90.30. Fonte: 010. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pedro Afonso. CONTRATADA: Almeida & Azevedo LTDA - ME. CNPJ 17.490.170/0001-02. VALOR TOTAL: R\$ 60.530,90 (Sessenta mil quinhentos e trinta reais e noventa centavos). SIGNATÁRIOS: Jairo Soares Mariano e ALMEIDA & AZEVEDO LTDA - ME. CONTRATADA: Elite Empreendimento Comercial Eireli - ME. CNPJ 24.084.890/0001-25. VALOR TOTAL: R\$ 76.171,08 (Setenta e seis mil cento e setenta e um reais e oito centavos). SIGNATÁRIOS: Jairo Soares Mariano e ELITE EMPREENDEDIMENTO COMERCIAL EIRELI - ME. CONTRATADA: JN. Com. Varejista de Aparelho de Com. e Informática LTDA. CNPJ 07.193.828/0001-52. VALOR TOTAL: R\$ 49.081,60 (Quarenta e nove mil e oitenta e um reais e sessenta centavos). SIGNATÁRIOS: Jairo Soares Mariano e JN. COM. VAREJISTA DE APARELHO DE COM. E INFORMÁTICA LTDA.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratação de Prestação de Serviços (1º Aditivo). Contratante: Fundo Municipal de Saúde. CONTRATADA: Atual Laboratório de Análises Clínicas LTDA - ME. Objeto: Termo aditivo ao Contrato de prestação de serviços para realização de Exames Laboratoriais em Atendimento a Atenção Básica de Saúde da População deste Município. VIGÊNCIA: A vigência do contrato será de 12 meses, de 29 de maio de 2018 a 29 de maio de 2019. BASE LEGAL: Contrato Nº 055/2017, Lei 8.666/93. RECURSOS: Classificação Funcional: 10.122.0003.2.0.66; Natureza da despesa: 3.3.90.39. Fonte: 040. SIGNATÁRIOS: José Martins de França e ATUAL LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA - ME.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2018**

O Município de Pium através do Fundo de Saúde, torna público que fará realizar no dia 11 do mês de Junho de 2018 às 09:00 horas na sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo menor preço unitário, visando a aquisição de veículo do tipo caminhonete 0 KM para o Fundo de Saúde de Pium, o edital poderá ser retirado na sede do município. Maiores informações através do Fone: (63) 3368-1228, das 08:00 às 11:00 horas de segunda a Sexta - Feira.

Pium-TO, 22 de maio de 2018.
HELIO SILVESTRE DE OLIVEIRA
Pregoeiro

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE PONTE ALTA DO BOM JESUS**

EXTRATO DE CONTRATO

Contratante: Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Bom Jesus, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 01.067.966/0001-09, com sede na Rua Principal, Sem Número, Centro, Ponte Alta do Bom Jesus - TO. CONTRATADA: NOVA TERRA CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÃO LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.136.629/0001-99, com sede na Avenida Marginal Norte, Quadra 02, Lote 01 a 03, Rodovia TO 040 KM 302, Setor Aeroporto, Dianópolis/TO. OBJETO - o presente contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUALIFICADA, PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA NA CIDADE DE PONTE ALTA DO BOM JESUS, destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde. VIGÊNCIA - O contrato terá a sua vigência conforme cronograma, contado a partir da assinatura da Ordem de Serviço. VALOR - Pelos produtos entregues a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o preço constante de sua proposta qual seja o valor total de R\$ 251.326,00 (duzentos e cinquenta e um mil, trezentos e vinte e seis reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 15.451.0501.1.025.4.4.90.51.



RESUMO DO CONTRATO Nº 081/2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO
PUBLICADO NO PLACAR
Em 24, 05, 2018
Potência

1. DAS INFORMAÇÕES PROCESSUAIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6563/2018

Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2018

TIPO MENOR PREÇO - CRITÉRIO DE JULGAMENTO VALOR GLOBAL - NA FORMA DE EXECUÇÃO INDIRETA POR MEIO DE EMPREITADA GLOBAL

2. DAS PARTES

2.1. **CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE GURUPI-TO, com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE GURUPI - TO.

2.2. **CONTRATADA:** ALEF ALVES FERNANDES CONSTRUTORA EIRELI-ME - CONSTRUTORA TAJ MAHAL, CNPJ nº 21.398.725/0001-50

2.3. **REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA:** Alef Alves Fernandes, CPF nº 053.969.203-34.

3. DO OBJETO, DO LOCAL E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

3.1. **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS PARA CONSTRUÇÃO DO CER II - CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO, GURUPI-TO.

3.2. **LOCAL:** Rodovia BR-242, Lote 04, Loteamento Fazenda Santo Antônio, Gleba 08, 4ª etapa, Gurupi- TO.

3.3. **PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:** 240 (duzentos e quarenta) dias corridos para a realização do serviço, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviços.

4. VIGÊNCIA DO CONTRATO E DA DATA DE SUA ASSINATURA

4.1. **VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 330 (trezentos e trinta) dias corridos a partir da sua assinatura, compreendendo o prazo de 240 (duzentos e quarenta) dias corridos para execução da obra e mais 90 (noventa) dias corridos para recebimento definitivo por parte da Contratante, prorrogável na forma do Art. 57, §1º da Lei nº 8.666/93, mediante solicitação e justificativa escrita da parte interessada e aprovação da Contratante.

4.2. **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** aos 21 dias do mês de maio de 2018.

5. DO VALOR DO CONTRATO

5.1. As partes atribuem a este contrato o Valor Global de R\$ 2.852.332,77 (Dois milhões oitocentos e cinquenta e dois mil trezentos e trinta e dois reais e setenta e sete centavos).

5.2. Sendo o valor de R\$ 2.211.128,36 (Dois milhões duzentos e onze mil cento e vinte e oito reais e trinta e seis centavos) referente ao Recurso de Repasse da União, conforme CONVÊNIO/SISMOB (Sistema de Monitoramento de Obras) número proposta: 11336.6720001/16-001.



5.3. Sendo o valor de R\$ 641.204,41 (Seiscentos e quarenta e um mil duzentos e quatro reais e quarenta e um centavos) referente ao Recurso originário da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde.

6. DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão realizados, obedecida às medições realizadas e aprovadas pela Contratante, de acordo com os serviços efetivamente executados, obedecendo ao cronograma físico-financeiro e ao respectivo faturamento com apresentação da nota fiscal, onde serão discriminados os serviços executados e atesto emitido por servidor municipal designado para a fiscalização da execução dos serviços, obedecidas às condições estabelecidas no Contrato.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da contratação da obra objeto desta **Tomada de Preços**, correrão por conta dos recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde de Gurupi, conforme a seguir:

AÇÃO: CER II – CONST. (CENTRO DE ESPECIALIDADES REGIONAIS.BLINVESTE
DOTAÇÃO: 07.0709.10.302.1043.1227 (MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE ASSITIDA)
ELEMENTO DA DESPESA: 4.4.90.51 (OBRAS E INSTALAÇÕES)
FONTES DE RECURSOS:

0498 – (Recurso de Repasse da União, conforme CONVÊNIO/SISMOB (Sistema de Monitoramento de Obras) número proposta: 11336.6720001/16-001

040 – (Referente ao Recurso originário da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde).

8. DA PUBLICIDADE DO CONTRATO

8.1. Diário Oficial do Estado do Tocantins-DOE: Edição nº 5.119, Ano XXX, Página 59, dia 24/05/2018.

8.2. Diário Oficial da União - DOU: Edição nº 99, Seção 3, Página 263, dia 24/05/2018.

8.3. No site oficial da Prefeitura Municipal de Gurupi-TO: www.gurupi.to.gov.br. (Contratos 2018)

Gurupi-TO, aos 24 dias do mês de maio de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Vânio Rodrigues De Souza
CONTRATANTE